

BOLETIM 801

Brasília, 31 de maio de 2019



Bolsonaro põe economia de marcha à ré: PIB – 0,2% no 1º trimestre

O PIB brasileiro caiu 0,2% no 1º trimestre, na comparação com o último trimestre do ano passado. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quinta-feira (30). É a primeira queda desde o 4º trimestre de 2016 (-0,6%).

O resultado do PIB, que é a soma de valores de todas as riquezas produzidas no país, já era esperado por amplos setores e institutos que avaliam o desenvolvimento da economia, considerando as quedas verificadas na produção industrial, nas vendas do comércio, no setor de serviços e nos investimentos públicos nos três primeiros meses do governo Bolsonaro.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2018 (0,5%) e nos quatro trimestres terminados em março de 2019 (0,9%), o resultado não foi diferente, ficando em praticamente ZERO.

Sobre os componentes do PIB, do ponto de vista da Produção, a Agropecuária recuou -0,5% e a

Indústria -0,7%. O setor de Serviços ficou praticamente zerado em 0,2%, atingidos pela quedas na indústria de transformação (-0,5%) e na construção (-2,0%).

Sob a ótica da Despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (PBCF) – indicador de investimentos – caiu -1,7%, enquanto o Consumo do Governo (0,4%) e o Consumo das Famílias (0,3%) tiveram taxas próximas de zero, com o governo promovendo o arrocho fiscal, transferindo recursos públicos para o mercado financeiro, com cortes no Orçamento e nos investimentos, e as famílias às voltas com o desemprego recorde e a renda arrojada.

É o resultado da política econômica de desconstrução de Bolsonaro/Guedes que afundaram o país ainda mais na crise. Depois de três anos de recessão (2014-2016) e dois anos patinando em torno de 1% (2017 e 2018), o atual governo aponta com mais recessão, mais desemprego e desmonte das estatais, inclusive dos bancos públicos que fomentam a economia nacional.

Todos os indicadores antecedentes da atividade econômica em abril e maio apontam para um segundo trimestre também recessivo.

Fonte: Portal HP

PIB minguado põe Brasil em 38º lugar em lista de 43 países

O recuo de 0,2% no PIB no primeiro trimestre deixa o Brasil em 38º posição numa lista de 43 países confeccionada pela consultoria Austin Rating. O Brasil está empatado com o México e acima apenas de Letônia, Coreia do Sul, Indonésia e Nigéria. Outro estudo, da consultoria AC Pastore, mostra ainda que a recuperação brasileira tem sido ainda mais lenta do que a observada em diversos países que passaram por grandes recessões.

Fonte: Brasil247

Segundo tsunami pela educação em duas semanas

Os atos em defesa da educação pública no país e contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro superaram as expectativas dos organizadores, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE). Em São Paulo, foi estimada a participação de 300 mil pessoas. Muitas chegaram no começo da manifestação por volta de 17h no Largo da Batata, bairro de Pinheiros, zona oeste da capital. Outras foram se incorporando ao longo dos mais de 4 quilômetros percorridos até a dispersão, por volta de 21h, na Avenida Paulista.

Belo Horizonte reuniu 200 mil manifestantes. Rio de Janeiro e Recife, pelo menos 100 mil pessoas cada uma. A mobilização no Distrito Federal atraiu cerca de 20 mil pessoas. Em Salvador foram 70 mil pessoas, 40 mil em Belém, outras 30 mil em São Luís. Pelas contas dos organizadores em torno de 1,8 milhão de pessoas foram às ruas de 190 cidades do Brasil – dos 26 estados e do Distrito Federal –, além de outras 10 do exterior.

“Brincaram com o formigueiro, deu nisso!”, afirmou nas redes sociais o cientista Miguel Nicolelis. Já na Avenida Paulista, a presidenta da UNE, Marianna Dias, registrou: “O dia 30 de maio entra pra história do nosso país. Quando estudantes, professores, trabalhadores, pais, o povo brasileiro voltou às ruas num grande tsunami. Para quem não acreditava, nós estamos aqui. Nós somos milhões. Nós somos rebeldes. Nós somos questionadores”.

Marianna admitiu a superação das expectativas em relação ao alcance das manifestações, e assimilou a energia e vibração que vinha do asfalto, tomado por jovens, “organizados” ou “autônomos”. O trocadilho impresso na faixa gigantesca que acompanhou a passeata, “O Brasil se UNE pela educação”, traduzia uma realidade. “Se



eles querem proibir, inibir a nossa voz e a nossa manifestação, eles vão falhar. Porque o povo que saiu de casa, não volta mais pra casa, se a educação do nosso país não for respeitada. Nós queremos escola, nós queremos educação e nós vamos construir a maior greve geral (marcada para 14 de junho), ao lado dos trabalhadores, da história deste país. E eu desafio o governo Bolsonaro a dizer ao povo brasileiro porque que eles não gostam da educação”, bradou a presidenta da UNE.

“A universidade é o lugar da transformação, da liberdade, da democracia. Eles têm ódio disso. Por isso nós os derrotaremos gritando, fazendo balbúrdia, fazendo esse país se tornar um caos. Porque Bolsonaro não governa enquanto os cortes não forem revertidos. Essa é a promessa do povo que está indo pras ruas do Brasil. Bolsonaro, você não vai ter paz e nós não temos medo de você.”

Independentemente dos números da mobilização, uma nota divulgada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, na tarde desta quinta, atestava que o governo está – além de desorientado – incomodado. O ministro sustenta que professores, servidores, estudantes e pais ou responsáveis “não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar”.

Fonte: Rede Brasil Atual

FGTS: governo estuda liberar saques em contas ativas

O governo estuda liberar saques de contas ativas do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), numa medida similar à implementada pelo governo Michel Temer no caso de contas inativas. A informação foi confirmada nesta quinta-feira (30) pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O objetivo é o mesmo: injetar recursos capazes de alavancar a volta do crescimento. A medida, entretanto, ainda segue em estudo, e só deve ser implementada após a eventual aprovação da reforma da Previdência. “Nós temos que começar pelas coisas mais importantes”, disse Guedes.

“As coisas devem se acelerar nas próximas três ou quatro semanas”, disse o ministro, em referência à tramitação da reforma da Previdência no Congresso.

Ao citar medidas de estímulo ao crescimento que devem ser anunciadas após a aprovação da nova Previdência, Guedes mencionou a nova rodada de liberação dos saques nas contas do FGTS. “Inativas e ativas. Ativas também”, afirmou ele, sem dar mais detalhes sobre a medida.

O governo cogita a liberação dos saques em contas ativas ante o esgotamento dos recursos disponíveis nas contas inativas, que já tiveram o saque liberado pelo governo Temer. Guedes ressaltou, porém, que a medida segue em estudo, e que ainda “não foi batido o martelo”.

Hoje, o saque nas contas ativas do FGTS só é permitido em situações específicas, como no caso do trabalhador ser demitido sem justa causa ou se for para utilizar os recursos na aquisição de casa própria.

Fonte: Agência Brasil



Emendas alteram reforma da Previdência de Bolsonaro

Deputados de diferentes partidos, inclusive do partido do presidente da República, apresentaram 277 sugestões de modificações à proposta de reforma da Previdência do governo, mais do que na reforma fracassada do governo de Michel Temer.

Esse número é maior do que as 164 emendas apresentadas ao projeto de Temer, que fracassou em 2017, significando que a pressão por mudanças na reforma de Bolsonaro e Guedes é maior.

Agora o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP) vai concentrar sua atividade na elaboração do relatório a ser apreciado e votado no plenário da Câmara dos Deputados. Sua expectativa é apresentar o parecer antes de 15 de junho. “Estamos fazendo o relatório ouvindo as lideranças, os líderes de partidos. O presidente [da Câmara] Rodrigo Maia (DEM-RJ) também tem peso, as opiniões dele. Nós estamos construindo e partindo para o fechamento do relatório”, informa a Folha de S.Paulo.

Fonte: Brasil247



Parlamentares defendem Sistema S, mas pedem mais transparência e diálogo

Deputados defenderam nesta quinta-feira (30) as entidades do Sistema S, mas pediram mais transparência na gestão das organizações, rotatividade dos dirigentes e maior interação com a sociedade, que desconhece o trabalho feito por elas.

O assunto foi debatido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado Glaustin Fokus (PSC-GO).

O Sistema S é composto por nove entidades (Senai, Sesc, Sesi, Senac, Senar, SESCOOP, Sest, Senat e Sebrae), mantidas por confederações patronais, que promovem cursos de educação e capacitação de trabalhadores de determinados setores da economia. Também realizam alguns trabalhos sociais.

Recentemente o sistema foi alvo de críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defendeu corte nas alíquotas das contribuições, que pode chegar a 3,1% da folha, para diminuir a carga tributária das empresas.

Para o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), as entidades do sistema realizam um trabalho relevante, mas a população desconhece isso, assim como não sabe de onde vêm os recursos que alimentam as organizações. “Isso tem que ser passado para a sociedade. Ela precisa entender de onde vêm e para onde vão os recursos”, disse.

As entidades do Sistema S são mantidas por contribuições pagas pelas médias e grandes empresas sobre a folha salarial. No ano passado, a contribuição somou R\$ 17 bilhões.

Governança - Os deputados Amaro Neto (PRB-ES) e Alexis Fonteyne (Novo-SP) também

destacaram a importância do Sistema S para a economia, mas pediram rotatividade dos dirigentes das entidades. “Às vezes demora demais, são os mesmos representantes de muitos anos e acaba passando para a sociedade que não há rotatividade à frente do sistema”, disse Neto. Já Fonteyne defendeu a saída dos dirigentes que entram para a política, para evitar “conflito de interesses”.

Durante o debate, que ouviu representantes das entidades, o deputado Osires Damaso (SPC-TO) propôs que o Sistema S realize um estudo sobre a atuação em cada estado e apresente os resultados para as bancadas estaduais. Segundo ele, em alguns locais o sistema pode funcionar melhor do que em outros. Damaso disse ainda que há uma demanda dos empresários por redução da carga tributária que não pode ser desprezada. “Hoje o meu pensamento é que precisamos desonerar as empresas”, afirmou.

Diálogo - O diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Rafael Lucchesi, disse aos deputados que o Sistema S já está conversando com o governo sobre mudanças na gestão. O ministro Paulo Guedes propôs que as entidades assinem contratos de gestão com objetivos e metas. “O governo está tendo acesso a mais informações e está colocando pontos que estamos abertos”, afirmou.

Lucchesi defendeu o trabalho realizado pelas entidades. “No período de crise, 80% das pessoas que formamos encontram emprego no primeiro ano”, disse, referindo-se ao trabalho do Senai.

Ele e os demais convidados à audiência foram enfáticos em afirmar que não haverá ganho para economia com o corte de recursos para o sistema.

“Isso não vai gerar nenhum emprego. O que gera emprego é crescimento econômico”, disse o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa.

Fonte: Agência Câmara



CDH aprova projeto que proíbe gestantes de realizarem atividades insalubres

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal aprovou, na manhã desta quinta-feira (30), projeto de lei que proíbe o trabalho de gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres (PLS 254/2017). A aprovação ocorre um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucionais trechos de dispositivos da reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) que admitiam a possibilidade de trabalhadoras grávidas e que estejam amamentando desempenharem atividades insalubres em algumas hipóteses.

— Essa decisão o Supremo Tribunal Federal já tomou dia 29. É redundante lermos o relatório e aprovar. Estaríamos na mesma linha, exatamente, da decisão que o Supremo tomou ontem à noite — destacou o presidente da Comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto.

Honorário pericial - Foi aprovado, também, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), projeto que determina que quem perde uma causa na qual tenha havido perícia,

tendo recorrido à Justiça gratuita, não arcará com o pagamento de honorários periciais (PLS 361/2017).

Atualmente, a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) determina que o beneficiário da Justiça gratuita pague honorários periciais, caso saia vencedor da ação trabalhista.

Autor do projeto e presidente da CDH, o senador Paulo Paim (PT-RS) **(foto)** ressalta que a alteração introduzida pela reforma trabalhista é inconstitucional, pois a Constituição federal determina que a assistência jurídica será integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Diante disso, a proposta de Paim visa ao retorno da redação anterior, do art. 790-B da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT — Decreto-lei 5.452, de 1943), para garantir ao beneficiário da Justiça gratuita a isenção de pagamento dos honorários periciais.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS